ASAE

Alterações ao Decreto-Lei n.º 59/2021 introduzidas pela Lei n.º 14/2023 (Informação dos preços da chamadas)

Com base nas informações disponibilizadas pela OCC (Ordem dos Contabilistas Certificados), a lei n.º 14/2023 estabelece que as obrigações de divulgação definidas pelo decreto-lei n.º 59/2021 apenas se aplicam nas relações entre **fornecedores de bens e serviços e consumidores finais (B2C)**. Essas obrigações não se aplicam às relações comerciais ou de prestação de serviços entre fornecedores de bens e serviços **(B2B)**. Além disso, esta lei passa a ser aplicada apenas aos **websites dos fornecedores** e aos **contratos escritos celebrados com o consumidor**.

Em resumo, se publicita os contactos com números de telefone, na página de internet, deve indicar o preço da chamada.

Por fim, as coimas aplicadas sofreram uma redução, **passando de contraordenação grave para leve**.

[A OCC elaborou uma tabela que resume as alterações a partir de 7 de abril de 2023 de forma clara.](#)

ASAE

	Até 6 abril 2023	A partir de 7 abril 2023
Destinatários	Qualquer entidade que disponibilize linhas telefónicas para contacto do consumidor	Fornecedores de bens ou prestadores de serviços que disponibilizam linhas telefónicas para contacto dos consumidores
Local de divulgação das linhas telefónicas	<ul style="list-style-type: none">• Página principal do seu sítio na Internet• Faturas• Comunicações escritas com o consumidor• Contratos celebrados com o consumidor, quando os mesmos assumam a forma escrita	<ul style="list-style-type: none">• Sítio na Internet• Contratos escritos celebrados com o consumidor
Informação a divulgar	Números telefónicos disponibilizados, aos quais deve ser associada, de forma clara e visível, Informação atualizada relativa ao preço das chamadas	Números telefónicos disponibilizados, aos quais deve ser associada informação clara, visível e atualizada relativa ao preço das chamadas
Preço da chamada	<ul style="list-style-type: none">• Chamada para a rede fixa nacional• Chamada para rede móvel nacional	<ul style="list-style-type: none">• Chamada gratuita• Chamada para a rede fixa nacional• Chamada para rede móvel nacional
Contraordenação e montante das coimas	Grave i) Pessoa singular, de € 650,00 a € 1 500,00; ii) Microempresa, de € 1 700,00 a € 3 000,00; iii) Pequena empresa, de € 4 000,00 a € 8 000,00; iv) Média empresa, de € 8 000,00 a € 16 000,00; v) Grande empresa, de € 12 000,00 a € 24 000,00.	Leve i) Pessoa singular, de € 150,00 a € 500,00; ii) Microempresa, de € 250,00 a € 1 500,00; iii) Pequena empresa, de € 600,00 a € 4 000,00; iv) Média empresa, de € 1 250,00 a € 8 000,00; v) Grande empresa, de € 1 500,00 a € 12 000,00.

Em anexo, disponibilizamos o ficheiro PDF da OCC que serviu de base à elaboração deste artigo.

Consulte:

[Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho](#)

[Lei n.º 14/2023, de 6 de abril](#)

ID de solução Único: #1253

Autor: Wincode

Atualização mais recente: 2023-06-01 12:10